

INTRODUÇÃO

Jorge Caldeira



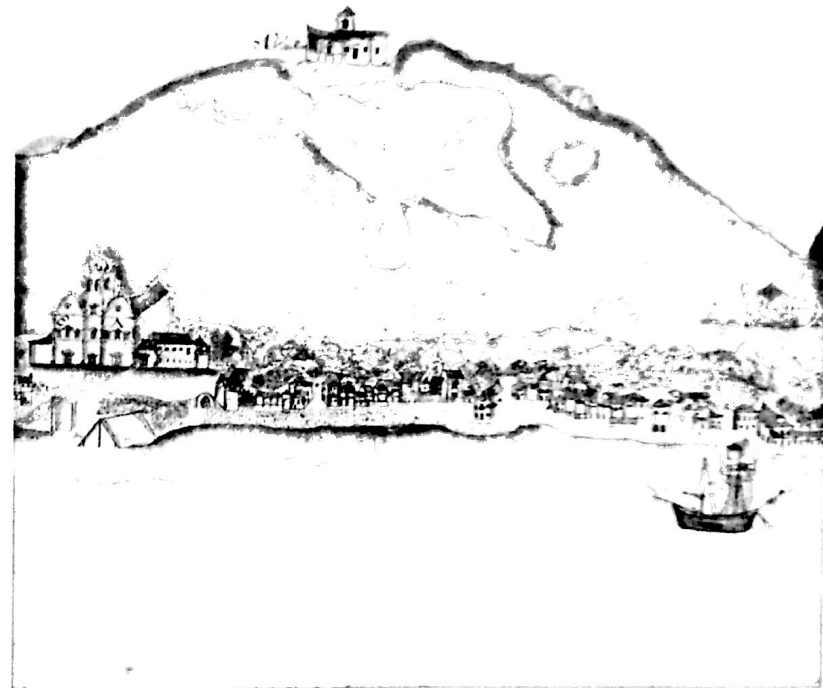
José Bonifácio de Andrada e Silva é a figura central numa formulação que o Brasil teria de si mesmo como Nação. Este termo designa algo que vai muito além daquilo que define um país: uma população num determinado território, com governo próprio. Certamente, José Bonifácio teve um papel muito importante no momento-chave da constituição do país: quando o Brasil se implantou, com um governo independente e a soberania sobre o território, ele era o homem mais importante na obra de instaurar as formas de exercício da autoridade. Por esta sua ação na construção do país, comandando o reconhecimento da autoridade do governo no território, acabou sendo considerado o Patriarca da Independência. Esta qualificação enfatiza seu papel de estadista, levando a imaginar a atuação política como o centro de sua obra.

Entretanto, toda a ação política de José Bonifácio era norteada por um conjunto de idéias que ia muito além daquelas necessárias para a condução dos negócios do governo — ele pensava a construção do país independente apenas como um passo na consolidação de uma Nação. A diferença entre país e Nação está no fato de que esta última pressupõe algo mais que o governo independente de uma população num território. Este algo mais vem a ser aquilo que identifica entre si os habitantes deste país. No tempo de José Bonifácio, o elemento de identificação era usualmente o de uma identidade racial (com os membros da nação se identificando como pertencentes a um grupo étnico distinto dos outros a seu redor) ou uma identidade lingüística (quando o país se confunde com o espaço onde se fala uma determinada língua). Mas estes elementos de identificação não bastam para definir uma nação. Este conceito sobrevive num território fluido, que, como notou Max Weber, “não pode nunca ser definido com as qualidades

empíricas que lhe são atribuídas".¹ Em outras palavras, o fundamento da Nação não coincide, ao se examinar a realidade, com os elementos de identificação que lhe dão base (numa nação fundada sobre o elemento lingüístico, por exemplo, sempre haverá muitos cidadãos falando outras línguas). Segundo ele, a idéia de Nação sustenta-se sobre o fato de que as pessoas reunidas no país têm uma missão a realizar — e a identidade com a realização desta missão é o que constitui o sentimento nacional. Isto leva a razão de ser da Nação ao campo da cultura: "Esta missão só pode ser realizada como missão cultural específica. A superioridade desta missão, ou ainda a impossibilidade de obter de outra forma os bens culturais cujo fomento ou conservação constitui objetivo, só é possível pela manutenção de certos traços peculiares que constituem o cimento em que se baseia a importância da Nação".²

Por trás de toda a ação política de José Bonifácio, havia uma busca da espécie de cimento que iria dar sentido à reunião dos brasileiros sob um governo próprio, da missão cultural que deveria marcar a particularidade deste país que surgia na história da humanidade. Esta também seria a marca distintiva e pessoal de sua obra escrita, que a tornaria bastante peculiar em relação ao pensamento de seu tempo. E tal peculiaridade só pode ser entendida por contraste, até mesmo com sua própria formação, ela mesma preñe de marcas únicas, que a distinguia daquela dos homens de seu tempo.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, São Paulo, em 1763. Era uma pequena vila com 2 mil e tantos habitantes, espalhados por umas poucas ruas estreitas entre o Monte Serrat e um braço de mar. Dominavam a paisagem o convento dos franciscanos no Valongo e o prédio que fôra dos jesuítas, transformado em Câmara e cadeia depois de sua expulsão do Brasil, em 1759. Nesta pequena cidade, sua família tinha construído fortuna e prestígio político. O fundador do clã foi José Ribeiro de Andrada, português chegado ao Brasil no início do século XVIII, na leva dos imigrantes que vieram com a descoberta de ouro em Minas Gerais. Casou-se em 1704 com Ana da Silva Borges, santista, e se estabeleceu como comerciante. Os principais produtos comercializados na cidade portuária na época eram os necessários para as minas do interior — escravos, ferro e bens de luxo —, trocados por ouro. Neste mercado, José Ribeiro chegou rapidamente ao



José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu na vila de Santos, em 13 de junho de 1763, filho de um próspero comerciante local, que transformara os negócios herdados do pai na maior fortuna da cidade. Acima, vista de Santos na época, com o convento do Carmo à esquerda, a igreja de Monte Serrat no alto e a Alfândega à direita.

¹ Max Weber, *Economía y sociedad*, 2ª ed., 11ª reimpressão, México, Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 679.

² *Ibid.*, p. 682.

topo, o que significava, para um comerciante, dominar as indicações para cargos públicos na vila, e a partir deles buscar maiores vantagens para seu negócio, especialmente através do controle dos locais da alfândega e da Fazenda Real, que ele obtive. Fez fortuna suficiente para mandar seus dois filhos mais velhos estudarem em Coimbra: o primeiro, José Bonifácio Ribeiro de Andrada, se tornou médico; o segundo, Tobias Ribeiro de Andrada, tesoureiro da catedral da Sé, em São Paulo.

Ficou em Santos o terceiro filho, Bonifácio José, que tocava os negócios da família. Casou-se com Maria Bárbara da Silva, filha de outro comerciante rico da cidade. Ampliou os negócios, beneficiados com o controle de cargos públicos pela família, conseguindo o contrato dos impostos de passagem em Cubatão: cobrava impostos dos comerciantes concorrentes, tinha lucro com isso, e uma posição privilegiada. Assim, logo se tornou dono da maior fortuna da cidade. José Bonifácio de Andrada e Silva foi o segundo filho do casal.

Nascido numa família onde era comum a formação superior em Coimbra, foi alfabetizado em casa, e desde cedo preparado para os estudos superiores. Com 14 anos mudou-se para São Paulo, pois seu tio Tobias tinha conseguido que ele se preparasse tendo como professores os padres mais cultos da cidade, e freqüentando a biblioteca da cúria, a mais rica da capitania. Em 1783, completada a preparação, partiu para Coimbra e começou a freqüentar o curso de Direito da Universidade.

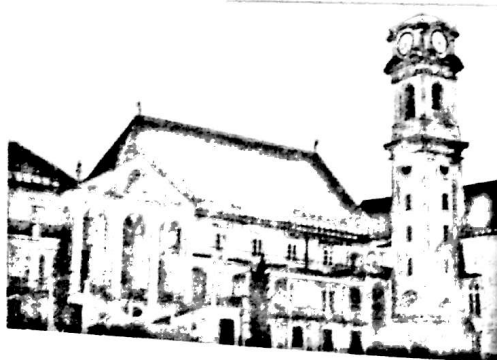
Até este momento sua formação seguia o modelo dos membros da elite brasileira. Nele a formação superior tinha um sentido prático: permitia a conquista dos mais altos postos diretivos no governo, os quais por sua vez permitiam multiplicar ainda mais a fortuna familiar. Mas o destino de José Bonifácio fugiu ao padrão da elite colonial brasileira — pois este padrão estava sendo reavaliado na própria Universidade de Coimbra. Ele encontrou uma faculdade às voltas com a reforma encetada pelo marquês de Pombal uma década antes da chegada do novo aluno a Portugal. Nesta reforma, a idéia era dotar a elite com algo mais que o ensino tradicional para ocupantes de cargos tradicionais. A introdução de um curso de Filosofia — com um currículo que incluía as atuais matérias de Física, Química e Biologia — e outro de Matemática indicava a nova direção: formar pessoas com mentalidade científica. José Bonifácio soube aproveitar esta oportunidade para encontrar um espaço novo.

Antes de sair do Brasil, ele já tinha demonstrado uma enorme capacidade de aprender; seu limite era o da qualidade das bibliotecas que conheceu. Em Coimbra, com acesso a um material intelectual melhor, tornou-se

rapidamente um erudito. Depois de um ano cursando apenas Direito, matriculou-se nos cursos de Filosofia e Matemática. Ao mesmo tempo em que cursava as matérias obrigatórias, devorava as obras dos filósofos iluministas: Voltaire, Montesquieu, Locke, e especialmente Rousseau. Também leu Newton, Leibniz, Descartes — sem esquecer clássicos da literatura como Virgílio, Horácio e Camões. Na metade de 1787, concluiu os cursos de Direito e Filosofia. Tinha a bagagem intelectual dos humanistas de seu tempo, fortemente influenciados pelas idéias iluministas, e também dominava aspectos da produção científica e literária.

Uma vez formado, tinha condições para seguir o padrão da elite colonial brasileira: prestar um concurso no Desembargo do Paço, para se habilitar a cargos na magistratura — o que fez em julho de 1789. Mas, no intervalo entre a formatura e a prova, o conhecimento extra acumulado o levou a um círculo em que raríssimos brasileiros entravam: o da elite intelectual portuguesa. No espírito da época, o duque de Lafões fundou a Academia de Ciências de Lisboa, onde tentava aprofundar as mudanças pombalinas. Antes ainda do exame, José Bonifácio foi aceito como sócio na instituição. Pouco depois, apresentou a ela seu primeiro texto conhecido: a "Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias" (ver pp. 51-6 deste volume). Nele estão presentes algumas das características centrais da formação de sua época. A mais importante delas é a própria maneira de encarar o trabalho intelectual. José Bonifácio já revelava a postura acabada de um iluminista: coloca-se como um homem que observa o mundo natural; olha para ele buscando extrair de suas observações as melhores conseqüências práticas, pensadas sobretudo como riqueza econômica. Desse processo derivam sugestões para a ação do governo, visto como responsável pela direção das atividades que geram riqueza. Até esse ponto, o trabalho seguia rigorosamente a cartilha daquilo que as reformas portuguesas objetivavam: formar estadistas capazes de renovar o andamento da economia do Reino, estagnada há séculos.

Duas características, no entanto, iam além do modelo da época. A primeira delas era a noção, certamente derivada da escola econômica inglesa — cujo maior expoente era Adam Smith, que publicara *A riqueza das nações* em 1776 —, de que a riqueza se produz com a concorrência e a liberdade de empreender, e não pela tutela governamental e seus monopólios. Essa idéia contrariava um dos pilares da política pombalina, toda ela montada sobre monopólios estatais para empresas, que ele criticava no trabalho. A segunda característica, esta mais pessoal, é uma preocupação com a preser-



Em Coimbra, José Bonifácio adquiriu a formação intelectual própria do Iluminismo, estudando Direito, Matemática e Filosofia. Acima, o diploma de bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, concedido em 8 de julho de 1788. Ao lado, a sede da universidade.

vação da natureza. Ao longo de sua vida, ele iria produzir uma série de estudos desenvolvendo essa idéia, especialmente no que se refere à destruição das matas, que via como um mal quase insanável, especialmente no Brasil.

Se esse primeiro trabalho de José Bonifácio o colocava além do patamar dos membros da elite brasileira formada em Coimbra, levando-o a dialogar com a elite dirigente do Reino, quase toda ela formada por portugueses, o sucesso do estudo o levou para um patamar ainda mais alto. A boa impressão causada na Academia de Ciências fez com que seus dirigentes acabassem convencendo o rei a dar ao jovem formando uma bolsa para estudar em outros países. Este era um privilégio reservado a pouquíssimos homens, num país que vivia praticamente à margem da produção científica da época. Apenas quatro pessoas tiveram a oportunidade naquele momento. Em 18 de fevereiro de 1790, saiu o decreto que lhe concedia uma bolsa para "adquirir, por meio de viagens literárias e explorações filosóficas, os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural". Esta oportunidade era apenas parcialmente o que hoje se conhece como uma bolsa de estudos, ao contrário do que parece sugerir o texto. Era também parte da formação de um estadista; assim como universidades, José Bonifácio deveria contatar embaixadores e dirigentes políticos — e conhecer as maneiras de aplicar os conhecimentos que adquirisse a partir de postos de direção estatais.

A primeira escala da viagem já o levou a conhecer bem mais que isto. Em 1790 ele instalou-se em Paris, vivendo a Revolução Francesa. Suas primeiras compras na cidade poderiam indicar que ele passaria distante do movimento: meias de seda, fivelas de prata, seda para gravatas, rendas para os punhos — o que comporia os trajes de um aristocrata. Mas comprou também uma insígnia com as cores da revolução, que passou a usar diariamente. Enquanto esperava pelo início dos cursos, seus diários traziam várias notas sobre despesas com prostitutas — ao lado de poemas arcádicos para uma namorada distante. Tais atividades paralelas não impediram que ele frequentasse o curso de Química e Mineralogia do professor Fourcroy, que trabalhava com Lavoisier. Ao fim do curso, ele apresentou um trabalho sobre os diamantes brasileiros ("Memórias sobre os diamantes do Brasil"). Este trabalho impressionou tanto o professor quanto o anterior havia impressionado em Lisboa. Foi publicado pela Sociedade de História Natural de Paris e rendeu ao autor a admissão na entidade, e na Sociedade Filomática de Paris. Publicação e admissão o levavam a ser considerado um par entre os cientistas franceses, algo que quase nenhum intelectual português havia conseguido.



MEMÓRIA

Sobre a Pesca das Baleias, e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias.

Por José Bonifácio de Andrada e Silva.

*Nihil mihi est quod faceret, Juba est gloria.
Pezzi.*

INTRODUÇÃO.

As Pescarias em geral tem a todos os Economistas sãos ao dia de hoje merecido longas e bem fundadas recommendações. Desde o começo do século passado as Nações Maritimas da Europa abrirão os olhos sobre este ramo de Industria, tão interessante ao bem dos particulares, como ao geral dos Estados. Não precisa ser-se algum empregado muito no estado do Commercio, e da Economia Publica, para entender quanto convém o fomentar as pescarias. Coadjuvas, como a Agricultura, ellas influem a pouco perto os artigos e de- sarras os obreiros das fabricas e officios, em que se precisa abastecer o trabalho por meio de huma commodã fabrica- tencia.

É que lacros não há grande e não grande ainda hoje os Hollandezes, Ingizes, e os demais Povos do Norte da peica unicamente do Hareque? Se a Hollanda produz este ramo em tempo de D. Jeronymo de Uzeira, conforme seu calculo, perto de 40,000,000 cruzados, e empregava annualmente nella 3,000 barcos, e 15,000

A preocupação com o aproveitamento racional dos recursos naturais foi uma constante na obra de José Bonifácio. Acima, o quadro *A pesca da baleia na baía do Rio de Janeiro, c. 1790*, de Leandro Joaquim. Ao lado, a primeira página da "Memória sobre a pesca das baleias, extração de seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias", de José Bonifácio, publicada no tomo II das *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, em 1790.

Nos moldes da época, tal admissão não significava apenas reconhecimento intelectual. Ser um par significava ter acesso a todo um conjunto de relações sociais, que incluía o governo. Seu próprio professor, Fourcroy, era bastante ligado a Jussieu, que naquele momento organizava o Museu de História Natural — comissionado pelo governo revolucionário. Amigos de Robespierre, os dois estavam fundamente envolvidos no processo que concentrava os poderes nas mãos da Assembléia Nacional, que transformara o rei praticamente num prisioneiro dela e evoluía na direção de abolir todos os privilégios da nobreza e do clero que caracterizaram o mundo feudal, embora ambos fossem partidários da preservação de uma monarquia constitucional e adversários do regime republicano.

A rápida ascensão de José Bonifácio neste grupo o levou a ter um prestígio político que impressionou até o embaixador português Vicente de Sousa Coutinho, convidado do jovem cientista em alguns eventos sociais. Também o levou a manter relações com senhoras da sociedade — com uma delas acabou tendo um filho que nunca conheceu pessoalmente. Estas aventuras não chegaram ao rei de Portugal, que resolveu prolongar sua bolsa, mas com estudos na Alemanha. No início do ano letivo de 1791, então ao lado da irlandesa Narcisa O'Leary, ele se apresentava em Freiburg, levando da ebulição política francesa uma experiência fundamental para sua vida, que seria digerida ao longo dos próximos anos, juntamente com novos estudos.

O clima político alemão era bastante diferente do francês: ali o Absolutismo permanecia com todo o seu prestígio. Na universidade, a prática da política era algo incomum. Neste novo ambiente, José Bonifácio dedicou-se com mais afinco à formação de mineralogista. Um de seus colegas mais íntimos era Wilhelm von Humboldt — que anos mais tarde seria o responsável pela reorganização do ensino superior alemão. Também estudava com Alexandre von Humboldt, irmão seis anos mais novo de Wilhelm e mais tarde um dos grandes geógrafos de seu tempo. A orientação do ensino ficava a cargo de Abraham Werner, o mais famoso mineralogista alemão da época. E a formação não se limitava aos estudos: através de negociações diplomáticas, recebeu permissão para inspecionar as minas e indústrias metalúrgicas da região, que eram das mais desenvolvidas da Europa.

Com três anos desse tratamento, completou sua formação científica — mas não sua viagem de estudos. A partir de 1794, depois de uma curta temporada em Paris (então vivendo o auge revolucionário do Terror), ele percorreria as minas da Áustria, Hungria e Itália, Dinamarca, Noruega e Suécia, ao longo de cinco anos. Nesses últimos dois países, descobriu e descreveu quatro novos minerais e doze variedades. Os estudos relatando as descober-

tas se tornam conhecidos internacionalmente, sendo citados em muitos trabalhos da época. Com o crescimento da fama, ele foi se tornando membro de todas as principais academias científicas do planeta (Berlim, Estocolmo, Copenhague, Turim, Londres, Gênova, Filadélfia, Iena e Edimburgo).

Em 1800, quando voltou para Portugal depois de uma década de viagens, tinha 37 anos e uma bagagem incomum até mesmo para a elite intelectual lisboeta. Falava e escrevia em seis idiomas e lia em onze; era reconhecido por seus pares em todo o Ocidente; tinha uma grande bagagem de conhecimentos práticos sobre mineração e metalurgia; possuía noções sobre os governos e seus problemas administrativos; vira de perto uma revolução que estava mudando o mundo. Esta bagagem foi rapidamente reconhecida pela Academia de Ciências de Lisboa, que o recebeu como membro ilustre. Mas José Bonifácio já não podia mais ser apenas pesquisador e cientista após sua volta. O governo português, que investira em sua formação, esperava que ele resolvesse uma série de problemas — e não perdeu tempo. Em menos de um ano foi nomeado professor de metalurgia em Coimbra, intendente-geral das minas e metais do Reino, diretor das casas da Moeda, Minas e Bosques, administrador das minas de carvão de Buarcos e das fundições de Figueró dos Vinhos e Avelar, diretor do laboratório da Casa da Moeda de Lisboa e superintendente dos Pinhais das Costas Marítimas.

Com tantos encargos, ele obviamente não podia se dedicar a nenhum deles em profundidade. Disso resultou que sua produção científica praticamente cessou, e a maior parte de seu tempo passou a ser dedicada à remoção dos entraves burocráticos que se avolumavam a cada projeto de mudança que tentava implementar. Por todo lado, ele enfrentava a resistência passiva de funcionários e dirigentes aferrados aos costumes tradicionais, e pouco dispostos a embarcar em projetos para mudar os espaços que dominavam. Tal tratamento acabou resultando numa mudança de seu humor: o jovial homem de ciência tornou-se um administrador carrancudo, com fama de orgulhoso. Na maior parte das repartições que dirigia, suas sugestões eram rebatidas com queixas por baixo do pano, entraves no seguimento das ordens, intrigas políticas. Desse comportamento resultavam eventos curiosos: com muito esforço, ele conseguiu convencer o governo a trazer metalúrgicos da Alemanha, com sua técnica de fundidores; em seu lugar, vieram alguns estudantes, um deles nobre, que não entendia patavina de fábricas.

Os embaraços fizeram com que ele rapidamente passasse a desenvolver outros planos para seu futuro. Em 1806, numa carta para um de seus maiores admiradores no governo, Rodrigo de Sousa Coutinho, escreveu: "Estou doente, aflito e cansado, não posso com tantos dissabores e desle-

xos. Logo que acabe meu tempo em Coimbra e obtenha minha jubilação, vou me deitar aos pés de s. a. r. para que me deixe acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu. Já me preparo para isso desde longe, tendo arrendado aqui uma quinta". Enquanto este dia não chegava ele conseguiu, aos trancos e barrancos, colocar para funcionar as fundições e descobrir novos veios minerais no país.


Os dirigentes, por sua vez, premiavam seus sucessos com mais encargos. Foi posto para dirigir obras públicas, superintender serviços de água, fábricas de seda, olarias, arrecadação de impostos sobre a pesca. Cada nova missão deixava mais distante seu projeto de se internar nos sertões brasileiros — e nem mesmo quando o príncipe d. João mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1808, a oportunidade da dispensa se apresentou. Pelo contrário, a invasão de Portugal pelas tropas francesas acrescentou mais uma faceta aos conhecimentos de José Bonifácio: a de soldado. Nos primeiros momentos, participou da luta de resistência na retaguarda, cuidando de fabricar munições. Mas foi chegando cada vez mais perto das frentes de combate, e acabou comandante do Corpo Militar Acadêmico. Mais um pouco, tornou-se presidente do conselho de Polícia e Segurança, encarregado de dirigir o serviço secreto. Quando o batalhão retomou o Porto, foi chefe da polícia e superintendente da Alfândega e da Marinha na cidade.

A fase militar de sua carreira terminou com a expulsão dos franceses e vastos elogios do comandante das tropas portuguesas, o marechal inglês Beresford — que se tornou o principal governante de fato num país onde o centro do governo estava a milhares de quilômetros. Esta situação tornou ainda pior a vida de José Bonifácio depois do interregno militar. Com d. João, viajaram os principais dirigentes do país; ficaram os burocratas mais aferrados à tradição, que tornavam seu cotidiano um constante tormento. Num momento em que a economia precisava ser reconstruída depois da guerra, a lentidão de respostas tornou-se maior ainda — e também a exasperação. Sem desistir de seus projetos de mudança, os choques retornaram cada vez mais agudos. Numa anotação da época, deixou escapar: "A maior parte dos homens que conheço são para mim como os habitantes da lua".

Como consolo de tudo isto, restava apenas a Academia de Ciências, que passou a frequentar cada vez mais, e onde foi eleito secretário. Entre as funções do cargo para além da administração, uma delas era a de falar pela instituição. Esta oportunidade permitia que ele expusesse publicamente suas idéias sobre política. A primeira ocasião importante em que entrou no assunto aconteceu no pronunciamento do *Elogio acadêmico*, em homenagem à rainha d. Maria I, em 1817 (ver pp. 83-114).



ELOGIO ACADEMICO
DA SENHORA
D. MARIA PRIMEIRA,
DIZITO POR
JOSE DONACIO DE ANDRADA E SILVA,
DE BRAGA PAULISTA
NA
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA.
Ao 20 de Março de 1817.


NA TYP. IMPARCIAL DE FRANCISCO DE PAULA BRITO,
Praga da Constituição N. 68.
—
1839.

Após ter trilhado uma extensa carreira na burocracia portuguesa, ocupando inclusive cargos nas forças de defesa do país durante a invasão francesa de 1807, José Bonifácio começou a expor publicamente suas idéias políticas no *Elogio acadêmico da senhora d. Maria I*, lido na Academia Real de Ciências de Lisboa em 20 de março de 1817. Acima, o embarque de d. João VI para o Brasil, em 27 de novembro de 1807, pouco antes da entrada das tropas de Napoleão em Lisboa. Ao lado, o discurso de José Bonifácio em homenagem à rainha-mãe, falecida no Rio de Janeiro em 1816.

Esse texto revela semelhanças e diferenças com relação ao estudo do jovem recém-formado sobre a pesca da baleia. Entre as características que permaneceram, estavam as idéias centrais do Iluminismo. No elogio à rainha, ele continua acreditando na Razão, reveladora de leis naturais do comportamento humano a partir da observação da natureza. Também mantinha a crença de que cabia aos cientistas, os empregadores por excelência da Razão na descoberta de leis naturais, o papel de indicar as formas práticas pelas quais se conseguiria o progresso econômico. Mas a estas crenças, comuns a todos os liberais do tempo, haviam sido acrescentadas outras, próprias da situação portuguesa. O José Bonifácio de 1817 não escreve mais como um estudioso, mas como um homem de Estado. Nesta troca de posição estava uma mudança fundamental. No estudo sobre a pesca da baleia, o argumento central era o de que o governo, removendo os monopólios e permitindo a concorrência, traria uma riqueza a ser produzida pelos indivíduos; estes, portanto, seriam os geradores efetivos de riqueza, cabendo ao Estado apenas garantir sua liberdade — uma posição que o colocava próximo do liberalismo anglo-saxão. No elogio à rainha, a posição é outra: o progresso econômico não nasce apenas dos indivíduos, mas da correta ação do governo. Neste balanço entre liberdade e controle governamental, o segundo pólo lhe parecia agora bem mais importante que na juventude: “Mas como estas leis, que podemos chamar como da natureza, são poucas e gerais, viram-se as nações obrigadas a ampliá-las, e aplicá-las, segundo requerem o estado das sociedades, os progressos da cultura e riqueza, e a posição local. Daqui veio a necessidade de haver um poder supremo em cada Estado, que pudesse fazer novas leis, sábias e justas, quando assim o cumprisse”.

Tendo as leis, feitas pelo governo, tanta importância, mudaria o objetivo do estudioso, que teria um duplo trabalho: de um lado, usar as leis da Razão; do outro, empregar este conhecimento adquirido não como indivíduo buscando livremente a riqueza pessoal que tais conhecimentos permitiriam obter, mas para ajudar que o governo seja fortalecido e haja obediência: “Firmam também as letras, senhores, os tronos dos reis justos e bons, fazendo amável e necessária a obediência”. Sendo a finalidade do emprego das luzes a manutenção do Estado, as mudanças trazidas pelo Iluminismo ocupavam agora, em seu pensamento, um espaço bem mais limitado que no primeiro texto. No lugar de dirigir a sociedade de acordo com as leis naturais, como propunha em 1789, o bom governo seria aquele que a dirigisse com intervenção. Por isso, precisava reunir sábios: caso fosse tocado por homens sem instrução, que obram mal por ignorância ou preguiça, tendo seu poder firmado unicamente na tradição, a economia iria mal. Havendo cien-

tistas na direção ao lado do rei, a monarquia absoluta seria o sistema de poder mais eficaz: "Estou capacitado de que os grandes projetos devem ser concebidos e executados por um só homem, e examinados por muitos; de outro modo desvaíram as opiniões, nasceram disputas e rivalidades; e vem a faltar aquele centro comum de força e de unidade, que tão necessário é em tudo, e mormente em objetos de suma importância".

O funcionário público que tentava transformar, a partir de suas posições no governo, o andamento da economia substituía a liberdade de empreender como centro da ação econômica. Com esta nova posição, em 1819 José Bonifácio viu finalmente chegar a hora de sua aposentadoria — e de voltar ao Brasil, para uma nova etapa de sua vida. No discurso de despedida da Academia, ele via seu futuro papel de um modo curioso. De um lado, o de alguém que conviveria com o problema da falta de cultura, que o fazia imaginar-se no Brasil como uma espécie de pregador de novidades: "Nos sertões da inculta América forcejarei por ser útil com os frutos do meu engenho, se em mim os há. Se qual outro Tales ou Pitágoras não puder introduzir as ciências do Egito na nova Grécia, lidarei ao menos por imitá-los de longe". Do outro, confiava no Brasil, que definiu "um reino com clero abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos morgados, com os conventos precisos, e pouca gente de classes poderosas, que muitas vezes separam seus interesses particulares do da Nação e do Estado. (...) Basta-lhe a segurança pessoal e a liberdade sóbria de imprensa, de que já goza, e uma nova educação física e moral. O mais pertence ao tempo. (...) A fundação da monarquia brasileira fará época na história futura do universo".

Com este otimismo ele desembarcou em Santos no final do ano de 1819, depois de 37 anos de ausência, com 56 anos de idade. Veio com a mulher Narcisa, três filhas (uma delas de uma relação extraconjugal), 6 mil livros e uma das maiores coleções de minerais da época. Para trazer a mudança, foi preciso alugar um barco no Rio de Janeiro. As impressões que deixou escritas da viagem marcavam o que mais o impressionava na terra que regia: as chuvas torrenciais e a beleza da paisagem. Seus primeiros dias na cidade natal foram dedicados a muitas visitas à mãe, então com 80 anos de idade. Teve momentos alegres, com casa cheia e muita festa: Narcisa logo estava cantando modinhas, acompanhada ao violão; o próprio José Bonifácio arriscava passos de lundu. E não demorou para comprar um sítio, onde começou a desenvolver culturas empregando apenas homens livres, para mostrar aos locais que tudo poderia ser feito sem os escravos, de resto a principal mercadoria que seus parentes comerciantes vendiam, e base da fortuna deles.

Depois de localizado na cidade, reinseriu-se na vida da província. Em março de 1820 partiu para uma excursão a cavalo com o irmão Martim Francisco. Inspetor de minas de São Paulo, este conhecia as pessoas e as novidades da política local. O ramo brasileiro da família adquirira uma feição mais liberal — que incluía a participação do irmão Antônio Carlos na revolução pernambucana de 1817, e sua prisão — e estava ligado a muita gente que pensava do mesmo modo. Durante a viagem José Bonifácio conheceu muitas dessas pessoas, e acabou também ligado a elas. Também reviu as paisagens da infância com os olhos de mineralogista, e escreveu uma memória sobre as minas locais, que publicou em francês. Durante a viagem, combinou ainda o casamento de sua filha mais velha com o irmão Martim Francisco.

A viagem também serviu para encontrar um lugar na vida brasileira. Com sua prodigiosa capacidade de escrever, fez relatórios sobre tudo o que observou, mandados para dirigentes na Corte com quem se correspondia. Numa dessas cartas (ver pp. 115-8), deixou até mesmo entrever sua ambição de ser nomeado para o governo paulista por 12 anos — embora afirmasse estar feliz em sua nova condição de "sitianté" em Santos. A idéia não prosperou; d. João VI deu-lhe apenas o título de Conselheiro, em consideração pela "inteligência, zelo e distinção". Juntamente com o sonho de administrar sua província, ele começava a pensar sobre a administração do Brasil, com as idéias de um poder centralizado em um só homem, mas com muitas pessoas responsáveis pelo exame das decisões. São possivelmente dessa época suas "Notas sobre a organização política do Brasil" (ver pp. 119-24), nas quais ele pensa num sistema de poder onde quatro órgãos (Câmara, Senado, Sindicado e Arcontado), os três últimos dos quais com cargos vitalícios, se encarregariam da condução dos negócios públicos brasileiros, seguindo uma constituição feita pelos deputados eleitos diretamente.

As coisas estavam nesse passo quando, em março de 1821, chegaram a São Paulo as notícias da Revolução do Porto e as instruções para a formação de um governo local via eleições, além da escolha de deputados para as Cortes de Lisboa, que fariam uma Constituição para todo o Reino português. Era uma oportunidade importante para uma colônia onde, nos três séculos anteriores, os governantes das capitânias (agora transformadas em províncias) foram sempre funcionários nomeados diretamente pelo governo central. Nas capitais onde essas notícias foram recebidas, a reação foi quase unânime: os governantes nomeados foram depostos e substituídos por outros, eleitos no local — enquanto, com certo entusiasmo, elegiam-se os deputados provinciais que iriam fazer a nova constituição. Rompia-se, as-



LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS

DO GOVERNO PROVISÓRIO
DA PROVÍNCIA DE S. PAULO
PARA OS SEUS DEPUTADOS,
MANDADAS PUBLICAR
POR ORDEM
DE
SUA ALTEZA REAL,

PRINCIPE REGENTE

DO BRASIL;

A INSTÂNCIA DOS MEENOS SENHORES DEPUTADOS.



RIO DE JANEIRO;
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.
M. D. CCC. XXI.

sim, o cerne da estrutura do poder local no Brasil, com seus habitantes assumindo um poder sobre seu destino político antes reservado à Coroa. Começava um período de efervescência política.

Em pouco tempo, o Brasil mudaria por completo, e também a vida de José Bonifácio. O funcionário aposentado, que desejava o comando da vida paulista por nomeação real, chegaria a ele pela via eleitoral. No dia 20 de maio de 1821, foi indicado pelos votantes de Santos e São Vicente para seu representante nas eleições do novo governo paulista e dos deputados que iriam a Lisboa. No lugar do apoio na corte, seu poder se assentaria no convencimento de eleitores — e logo se viu que José Bonifácio sabia lidar com tal situação. Na Assembléia reunida em São Paulo no dia 23 de julho, uma comissão de eleitores foi até sua casa, para convidá-lo a presidir a reunião. Como figura central do evento, indicou as pessoas para ocupar os diversos cargos no governo — ele mesmo ficaria como vice-presidente — com apoio unânime do conclave.

A entrada no turbilhão político brasileiro num posto de poder daria um novo foco para toda a sua obra. O conhecimento teria agora outra finalidade. Quando jovem, ele escrevia como cientista; na fase portuguesa, como um funcionário interessado no governo a que servia. De 1821 em diante, no entanto, José Bonifácio iria começar a escrever como um dirigente político. Escreve agora como um brasileiro, convencendo outros de suas idéias políticas. Nesse momento, suas idéias mudaram bastante. E mudaram depressa, no ritmo dos acontecimentos políticos. A partir do momento em que passou a atuar nas decisões, José Bonifácio começou a tratar de um assunto fundamental: o governo do Brasil. E, com as idéias que desenvolveu, acabou tendo um papel relevante na construção do governo. O primeiro texto importante dessa nova fase é “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados” (ver pp. 125-33). Embora assinado por todo o governo, o texto é indubitavelmente da lavra de José Bonifácio. Nele aparecem várias modificações importantes com relação à forma de governo ideal para o Brasil. Em primeiro lugar, fica claro o tipo de união que esperava com Portugal: seriam comuns aos dois reinos apenas as faculdades de declarar guerra, regulação do comércio (desde que não interferisse na liberdade), e a mesma casa reinante; apenas para essas despesas, haveria uma cobrança de impostos em comum, na proporção das receitas de cada parte. Afóra isso, tudo seria separado no Brasil e Portugal, desde a legislação civil até os poderes executivos. Esse governo-geral seria composto pelos três poderes que a tradição liberal assentaria — Executivo, Legislativo e Judiciário —, mais um corpo de censores para verifi-

car estes poderes. Senado, Arcontado e Sindicato, as instituições para sábios nomeados pelo rei nas quais pensava meses antes, seriam idéias esquecidas na nova fase.

Outra novidade relevante do documento está no conteúdo das decisões importantes para o Brasil. Pela primeira vez aparece em público uma lista de problemas que ocupava as anotações e cartas particulares de José Bonifácio há algum tempo: civilização de índios, regulamento para a escravatura, mudança nas leis de propriedade de terras, instauração de cursos superiores, mudança da capital para o interior. Para implantar todas estas medidas, o Brasil deveria ter um governo central próprio, com todas as instituições e poderes necessários: tribunais superiores, Tesouro, legislação civil, Parlamento.

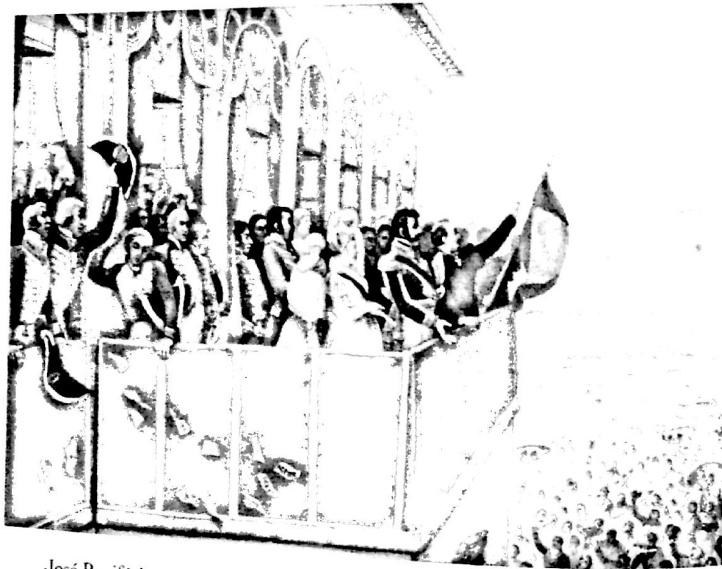
Não apenas a maneira de pensar o governo mudara para José Bonifácio. Com um cargo no governo, ele passou a ter uma forte atuação política, que ia muito além de sua província. Em meados de 1821, a grande esperança dos liberais brasileiros estava em Lisboa: afinal, de lá tinha vindo a mudança efetiva no sistema de poder, dando maior espaço aos poderes locais; de lá também se esperava a implantação de um regime político que superasse os entraves do governo absolutista. Por isso, a maior parte dos muitos brasileiros que emergiram na cena política a partir da Revolução do Porto apostava mais em Lisboa que no Rio de Janeiro. O vice-presidente do governo paulista, ao contrário de todos esses liberais, apostava na direção contrária. Desde o momento que tomou posse, passou a enviar emissários ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, buscando formar uma frente de governantes que apoiasse integralmente o governo central, já sob a responsabilidade de d. Pedro, pois o rei d. João VI voltara para Portugal. Naquele momento esta era uma opção pouco compreendida. Quase todos os governos provinciais preferiam apostar na obediência a ordens vindas de Lisboa, com o que o poder do regente fora, na prática, limitado ao controle parcial do Rio de Janeiro. No primeiro momento, a única coisa que a política do novo governante paulista rendeu foram elogios do regente — e críticas da maioria dos liberais.

Demorou muito pouco para que a situação mudasse completamente. Em dezembro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro notícias vindas de Lisboa com algumas decisões das Cortes: extinguir a regência no Rio de Janeiro; ordenar a volta de d. Pedro à Europa; suprimir os órgãos centrais de administração e os tribunais superiores de justiça no Brasil; subordinar cada uma das províncias, separadamente, ao governo de Lisboa; entregar o governo destas não mais a representantes eleitos, mas indicados pelas Cor-

tes. Pretendia-se promover, assim, uma união entre as duas partes do Reino que era inteiramente contrária aos projetos de José Bonifácio — e de muitos brasileiros. Os ocupantes dos cargos que seriam suprimidos (dos ministros do regente aos juízes dos tribunais) temeram pela perda de suas importantes posições; os comerciantes se preocuparam com os custos de resolver todos os seus problemas em Lisboa; os muitos que haviam ocupado o poder local, com a perda de um poder recém-conquistado; o próprio regente, com a perda de sua autoridade.

A reação de José Bonifácio a essa situação foi imediata: no dia 24 de dezembro coordenou o lançamento de um manifesto do governo de São Paulo contra as medidas, no qual pedia a permanência do regente (ver pp. 134-7), texto que foi prontamente enviado ao Rio de Janeiro. D. Pedro tomou ciência dele no primeiro dia de 1822 e pediu ao emissário que o copiasse e distribuisse pela cidade. No mesmo dia 24, José Bonifácio enviou uma cópia do texto para Minas Gerais com uma proposta de aliança em torno do manifesto, que foi aceita. Começava a acumular poder com suas idéias. Ainda em São Paulo, o vice-governador colhia assinaturas para uma representação do governo ao regente (ver pp. 138-45); assim que as conseguiu, partiu imediatamente para a capital. Durante sua viagem, eventos importantes aconteceram: no dia 9 de janeiro, d. Pedro declarou que ficaria no Brasil, contrariando as ordens de Lisboa; um dia depois, tropas portuguesas fiéis às Cortes se revoltaram, mas foram dominadas. Mais uma semana e José Bonifácio chega ao Rio de Janeiro, onde era esperado pelo regente. Era tamanha a ansiedade em torno de sua chegada, que ele foi levado para a audiência ainda em roupas de viagem. Saiu da conversa como o primeiro ministro brasileiro nomeado por um governante português em 322 anos — e como o político fundamental de um momento crucial.

Aos 59 anos de idade, ele chegava ao cargo com um projeto político claro: montar o que chamava de “centro de força e unidade” no Brasil. Isso queria dizer a manutenção de toda a estrutura administrativa existente, inclusive a monarquia. Em torno dela seriam agregadas as demais forças políticas. As bases reais para esse projeto eram bastante estreitas no primeiro momento. Do lado dos ocupantes de postos na burocracia havia enormes resistências a abrir espaços de poder — e, por isso mesmo, a idéia era vista com bastante desconfiança pelos liberais, interessados em extinguir a estrutura de poder absolutista. Os primeiros passos de José Bonifácio foram no sentido de conquistar o regente para seu projeto, o que conseguiu rapidamente. D. Pedro gostou muito daquele velho espirituoso (e a princesa Leopoldina, sua mulher, do cientista com quem falava em alemão). Jovial, com 24



José Bonifácio se encontraria com d. Pedro I (no alto) em janeiro de 1822, após ter articulado a permanência do príncipe no Brasil, contrariando as ordens das Cortes de Lisboa. Nomeado ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, teria participação decisiva no processo de Independência, sendo um dos organizadores da cerimônia de aclamação de d. Pedro I como imperador do Brasil no Campo de Santana, Rio de Janeiro, em 12 de outubro (evento retratado acima por Debret). Pouco mais de um ano depois, no entanto, as desavenças com o imperador o levariam à demissão do cargo de ministro e, em seguida, ao exílio na Europa.

anos, volta e meia ia resolver assuntos com o ministro na casa deste. Mais ainda, o regente gostou dos conselhos ousados de seu ministro, como a sugestão de uma viagem a Minas Gerais — a primeira que o regente, vivendo desde os 9 anos no Brasil, faria pelo interior do país. Voltou dela entusiasmado, até porque conseguiu unir os mineiros em torno de sua autoridade.

Conquistando ascendência sobre o regente, José Bonifácio conseguiu força política entre aqueles que apoiavam a Coroa para seu projeto. Mas isso era pouco: para chegar a um governo brasileiro seria preciso conquistar os adversários brasileiros do governo, que eram muitos. O primeiro grupo de oposição ao regente com quem negociou apoio foi o dos liberais fluminenses, que havia se tornado importante a partir da Revolução do Porto, exercendo o controle do governo local do Rio de Janeiro, através da Câmara Municipal. Este grupo tinha uma idéia que não era exatamente simpática ao ministro: um governo onde uma Assembléia de representantes eleitos tivesse poder.

A negociação com o grupo foi delicada, e exigiu importantes mudanças de suas idéias anteriores. Desde os tempos da juventude em Paris, ele via com alguma desconfiança as Assembléias — como funcionário graduado, sempre preferiu formas de governo em que a solução das questões do poder estivessem reservadas a funcionários como ele. Por isso, inicialmente tentou limitar a participação popular no futuro governo a um Conselho de Procuradores de Províncias que chegou a convocar. Mas José Bonifácio se revelou logo um político atento às circunstâncias do momento. A Assembléia Constituinte era o espaço político que os liberais exigiam para aceitar o processo. Negociando com eles, em muitos momentos de maneira tensa, acabou chegando a um acordo: empregou o conselho para, em vez de assessorar o governo, convocar uma Assembléia Constituinte do Brasil (ver p. 146), em junho de 1822. Esta foi a senha para seu projeto ser aceito no grupo — uma aceitação que incluiu o controle da Maçonaria, transformada em instrumento nacional de cooptação a favor da idéia de firmar um centro de poder brasileiro em torno do regente, centro este que passou a incluir uma instância de representação popular. O projeto de um Parlamento foi tolerado pelos absolutistas como um mal necessário, assim como a idéia de manter a monarquia foi tolerada pelos liberais como um mal necessário.

Assim, em pouco menos de seis meses, o ministro havia conseguido reunir forças políticas importantes do país em torno de seu projeto. Havia um efetivo “centro de forças” em funcionamento. Era ainda um centro limitado, que incluía a totalidade das forças políticas de apenas três províncias: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Fora desse eixo, apenas os liberais

foram se envolvendo no projeto — e eles só controlavam o governo de Pernambuco. Do outro lado, Lisboa controlava os governos da Bahia e do Pará, e através deles a maior parte do território brasileiro. Mas, de qualquer forma, assim que conseguiu o acordo e a força, José Bonifácio mudou completamente o modo de atuar: embora sem declarações formais, passou a agir como se o Brasil fosse um reino independente. No dia 24 de maio de 1822, nomeou um embaixador para Buenos Aires, e logo em seguida outros para as principais capitais européias (ver pp. 147-78). Iriam todos tratar dos interesses brasileiros como algo próprio — e buscar apoio para esse comportamento independente. Experiente na área da política internacional desde a convivência com políticos de toda Europa em seus tempos de cientista, José Bonifácio estabeleceu os objetivos da política externa: evitar aventuras portuguesas com a vizinha Argentina, buscar armas para lutar e manter as boas relações com a Inglaterra, tentar impedir uma reação da Santa Aliança a favor de Portugal, melhorar as relações econômicas com a França. Assim a disputa com Portugal passava ao cenário internacional.

A concentração de forças políticas em torno do governo não havia ainda sido suficiente para garantir o controle de todo o território no momento em que foi proclamada a Independência. Mas não parou de crescer nos primeiros meses após o 7 de setembro; em 1823, o ministro cumpriu seus primeiros objetivos: o território estava unificado sob o controle de um governo independente, dirigido a partir de um centro estruturado. O Brasil era um país. E o governo deste país era controlado pelos irmãos Andrada. José Bonifácio acumulava os ministérios do Reino e do Exterior, Martim Francisco o da Fazenda, e estes eram os ministérios com poder político efetivo. Na Assembléia Constituinte que se elegeu, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada era o deputado mais influente.

No centro do poder, José Bonifácio ocupava também uma posição de centro na estrutura política que se formou no país. Como tal, tinha adversários dos dois extremos do espectro de posições, que definia com termos curiosos (ver pp. 180-1). À direita os pés-de-chumbo, adversários da independência, e os corcundas, que queriam a separação, mas também a manutenção do Absolutismo; à esquerda os republicanos e federalistas, muito pouco dispostos a conviver com um rei e as manobras de Corte. Antes ainda de completado o processo de independência, as tensões entre esses grupos unidos contra Portugal vieram à tona: eles tinham idéias muito diferentes sobre a forma de assentar as instituições brasileiras. Todos queriam influenciar o novo governo, em direções diversas das imaginadas por José Bonifácio, e a reação do ministro às idéias diferentes das dele foi dura. Depois de

um período juntando forças para apoiar seu projeto de independência, ele passou a empregar o poder para dividi-las. Expulsou muitos portugueses que não aderiam ao projeto de separação, e combateu os liberais fluminenses, conseguindo que se exilassem. Nesse momento, José Bonifácio deixou de ser uma unanimidade nacional e passou a ser um ministro combatido tanto pelos pés-de-chumbo e corcundas como pelos federalistas e republicanos que restaram no cenário político. Não demorou para perder poder.

Em geral, o processo de seu desgaste é explicado por razões políticas, ecoando as discussões da época: ele seria muito autoritário com os liberais e pouco maleável com os absolutistas, desagradando a ambos.

Há uma dose de razão no argumento. José Bonifácio, se pensava como iluminista, sempre agiu como um dirigente absolutista. Tendia a considerar inimigos — e não adversários — aqueles que discordavam dele. Certamente esse comportamento contribuiu muito para seu desgaste. Mas as diferenças iam bem além das disputas políticas do momento. Uma vez obtida e firmada a independência, José Bonifácio começou a pensar no país que seria construído.

Um problema de monta é a instauração de um país independente. Outro, maior ainda, é o de saber para quê, afinal, serve a independência de um país. Qual seria o Brasil a ser construído pelos próprios brasileiros, agora que firmavam o poder sobre seu destino? A marca distintiva da obra de José Bonifácio, a partir de 1823, vem a ser a resposta a esta pergunta. E a resposta não será mais dada nem pelo cientista, nem pelo funcionário ou tampouco pelo dirigente político. A partir de um certo momento, José Bonifácio passa a escrever como um homem que tem um projeto de Nação.

Essa nova forma de se manifestar como autor aparece em público com clareza em dois textos fundamentais: os "Apontamentos para a civilização dos índios" e a "Representação sobre a escravatura" (ver pp. 183-99 e 200-17, respectivamente). Ambos traziam questões que colocavam suas preocupações muito além do horizonte da época. Tanto a escravidão de africanos como a obtenção de mão-de-obra de índios eram consideradas pela imensa maioria dos brasileiros, de todo o espectro político, como meios normais e lícitos de tocar a economia do país. Essa era uma realidade que o próprio Bonifácio não desconhecera, tanto que propunha medidas graduais de supressão da escravidão e incorporação dos índios. Mesmo assim houve uma surda onda de oposição a suas idéias.

O tráfico de escravos, naquele momento, estava na raiz das maiores fortunas brasileiras. Os negreiros do Rio de Janeiro, quase todos favoráveis à independência, dominavam uma vasta cadeia de trocas comerciais que se

mem, cada indivíduo desfrutará dos direitos do cidadão”.⁴ O equilíbrio entre o direito e o costume, entre os imperativos contraditórios da Razão e da força, era o trabalho básico do legislador. E nesse trabalho não adianta tentar impor as idéias da Razão sobre o costume, pois este era também considerado uma lei e “a mais importante de todas, que não se grava nem no mármore nem no bronze, mas no coração dos cidadãos; que faz a verdadeira constituição do Estado; que todos os dias ganha novas forças; que, quando as outras leis envelhecem ou se extinguem, as reanima ou as supre, conserva um povo no espírito de sua instituição e insensivelmente substitui a força da autoridade pela do hábito”.⁵

Assim o legislador iluminista deveria ter o costume como guia para decidir entre os ditames da Razão e da força na hora de fazer a lei. Jefferson criou um ponto de corte que permitia a coexistência entre a liberdade garantida a todos os indivíduos e aquilo que prescrevia o costume da escravidão. A Declaração de Independência não foi feita para negar o costume, e o costume da escravidão permaneceu intacto nos Estados Unidos depois dela. Esse domínio do costume era responsável ainda por um segundo corte que diferenciava os homens livres: a capacidade de empregar a Razão. Nenhum pensador da época acreditava que essa capacidade fosse igualmente distribuída entre todos os homens — e essa diferença de capacidade era fundamental para distinguir dentre a totalidade dos cidadãos (e os escravos não eram cidadãos, com direitos civis à vida, liberdade e busca da felicidade) aqueles que teriam direitos políticos, isto é, o direito de participar das decisões do governo, de elegerem e serem eleitos. Em todos os regimes influenciados pelo Iluminismo, naquele momento, estes direitos eram reservados apenas a uma pequena minoria da população livre, capaz de ter pleno uso da Razão.

Assim Jefferson pôde equacionar a segunda parte de seu dilema. Depois de negar os direitos civis dos escravos, excluiu os direitos políticos dos negros livres quando fez as leis eleitorais como governador da Virgínia. E fez isso porque a capacidade de empregar a Razão dos negros, a seu ver, era nula: “Por toda a vida, Jefferson acreditou que a igualdade política para os negros seria impossível, pelas reais diferenças de natureza que existem entre as raças, que vão além da cor e de outros atributos físicos. A raça, mais que o estatuto da escravidão, condena os negros a uma desigualdade permanente. Nas ‘Notas sobre o Estado da Virgínia’, Jefferson afirmou que os

⁴ *Idem*, p. 41.

⁵ *Idem*, p. 75.

escravos romanos se destacaram na ciência porque ‘eram da raça branca’. Estava convencido de que os escravos norte-americanos não conseguiriam tal distinção porque não eram brancos. Argumentava que ‘nunca encontrou um negro que fosse além da narrativa linear’. Por isso concluía que sua capacidade de usar a razão era ‘muito inferior’ à do branco”.⁶

Tais pontos de corte não impediram que Thomas Jefferson fosse reconhecido como o pai de uma democracia e o fundador de uma Nação democrática. Pai de uma democracia porque, apesar de limitada aos olhos de hoje, a receita norte-americana era a mais avançada do momento. E pai de uma Nação porque, excluindo dela os não-brancos, deu-lhe uma unidade étnica relativa capaz de sustentar tanto um projeto nacional como uma identificação entre o país e o regime democrático, que se tornou o projeto de Nação norte-americano no sentido definido por Weber. A missão do país seria tornar-se uma democracia exemplar, defensora da liberdade.

José Bonifácio formulou idéias semelhantes no Brasil — e enfrentou um problema bastante parecido com o de Jefferson. Empregando a mesma régua do costume para traçar sua linha de corte entre os direitos garantidos pela Razão e os hábitos do costume garantidos pela força, ele chegou, no entanto, a conclusões muito diferentes sobre o espaço onde ela deveria passar. Tanto os índios quanto os escravos, apesar de todas as críticas que fazia a seu comportamento, eram, para ele, perfeitamente capazes de empregar a Razão — e portanto de se tornarem titulares não apenas de direitos civis, mas também de direitos políticos. Longe da raça, o problema para a efetivação destes direitos estava no campo social, no tratamento que ambos recebiam dos brancos, capazes de perverter a capacidade racional de negros e índios com o constante apelo à força — fonte da imoralidade permanente, e da falta de observância dos direitos. Com essa análise, resultava uma proposta legislativa de natureza bastante diversa da separação pensada por Jefferson: a lei deveria conter os meios pelos quais o emprego da força fosse progressivamente abolido, para daí resultar o fim da escravidão e a formação de um corpo de cidadãos de todas as raças. Para José Bonifácio, o emprego da Razão era uma capacidade humana que pouco dependia delas, ou da religião. Essa idéia, que o distinguia da quase totalidade dos iluministas de seu tempo, era o que lhe permitia pensar numa Nação diferente, com uma universalização dos direitos civis e políticos para todas as raças e credos. Num de seus

⁶ Paul Finkelman, *Slavery and the Founders: race and liberty in the age of Jefferson*, Armonk/Londres, M. E. Sharp, 1996, pp. 108-9.

muitos apontamentos, formulou a idéia: "Nós não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e de Maomé".

O que sustentava tanta diferença na crença da capacidade de empregar a Razão e exercê-la como cidadão dotado de plenos direitos, em relação a Jefferson? Certamente não o modo de pensar iluminista ou o ideal da liberdade, mas antes a observação dos costumes brasileiros — a lei que não se grava, mas fundamenta o trabalho do legislador. Na obra de José Bonifácio, a possibilidade da universalização dos direitos civis e políticos aos cidadãos livres, que raríssimos pensadores vislumbravam no mundo naquele momento, se fundava no comportamento familiar dos brasileiros. A formação de uma Nação onde raça e religião não fossem critérios distintivos da capacidade dos seres humanos era possível porque os brasileiros tinham um hábito: o casamento entre pessoas de raças e credos diferentes. Daí por que o processo de formação de uma Nação chamada Brasil seria sustentado por esse hábito democrático, capaz de criar um contraponto para a desigualdade inerente à escravidão e à degeneração moral que ela acarretava. O trabalho do legislador consistia em aproveitar esse costume ao fazer a lei, para vencer com o tempo a realidade das imensas diferenças sociais e de direitos, e criar uma Nação pela mistura de homens de todas as raças e credos, permitindo a segurança dos direitos e a homogeneidade nacional: "É tempo também que vamos acabando gradualmente com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea, sem o quê nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, pois, desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfale ao toque de qualquer convulsão política".

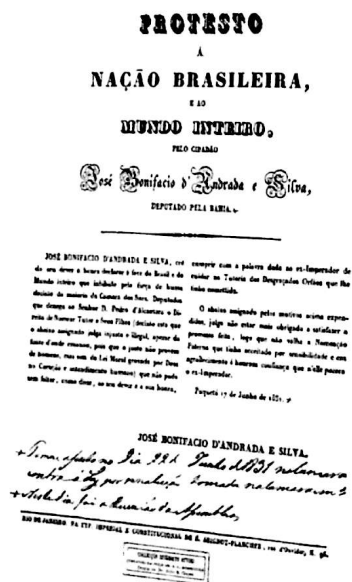
Tal processo de amalgamento só poderia ser realizado pelos cidadãos servindo-se de seus costumes — que deveriam ser protegidos pelas leis. O centro da formação nacional seria a vida privada, não o espaço público. Tera como base um hábito existente, não algo a ser criado. A idéia central de formação da Nação de José Bonifácio era muito diferente de todo o pensamento iluminista do tempo. Se a crença de que a capacidade de empregar a Razão não tinha relação com raças já era totalmente incomum na época, a proposta de fundar uma Nação em casamentos mistos vinha a ser exatamente o contrário daquilo que pensavam os maiores iluministas do seu tempo. Nenhum deles levaria a sério tal proposta. Consideremos, por exemplo, as idéias de Rousseau. Ele tinha uma série de objeções que o impediam de con-

siderar o assunto. Para começar, achava muito difícil a democracia e a liberdade civil nos trópicos. Tudo conspiraria contra ela. A fertilidade das terras ("aqueles povos cuja terra é abundante e fértil, e produz muito com pouco trabalho, querem ser governados monarquicamente"); o clima, que geraria menos necessidade de produtos de consumo e mais de produtos de luxo ("Quanto mais nos aproximamos do equador, mais os povos vivem de pouco. [...] Nessas regiões o luxo se volta para produtos de consumo"); a extensão do território ("A vantagem de um governo tirânico consiste, pois, em agir em grandes distâncias"), tudo levaria a um governo despótico e à manutenção das diferenças entre raças no Brasil.⁷

José Bonifácio tinha consciência de tudo isso. Suas perguntas como legislador vinham todas de Rousseau, como mostram suas "Notas sobre política e economia política" (ver p. 225), escritas possivelmente nos tempos de estudante. Mas as conclusões a que chegou, avaliando "os costumes do povo, seus gostos, ocupações e divertimentos", foram muito diferentes daquelas de seu guia. A idéia de sustentar a Nação no amalgamento de pessoas de diversas raças já fora escrita em 1812, numa carta ao conde de Funchal (ver pp. 218-24). Por muito tempo esta idéia fundamental para seu projeto de Nação seria desenvolvida apenas em seus escritos privados. Em 1812, o máximo que o funcionário público permitia de expressão para seu pensamento era a carta privada a um amigo. E, no entanto, ia registrando impressões sobre o comportamento de brasileiros em muitas notas. Tais notas, tomadas durante toda a vida, mostram uma maneira de pensar do autor; formadas por registros curtos de assuntos muitos diversos, iam permitindo a fixação de idéias, algumas expostas posteriormente. Em várias delas ele faria referência a diversas combinações raciais produzidas pelos hábitos brasileiros, e veria positivamente mulatos, casamento de negros com índias, de brancos com índios — bem como a necessidade de favorecer tudo isso pela legislação (ver pp. 210-3). Sabia também que este não seria um projeto para se realizar em pouco tempo, mas fazia parte das "Dificuldades se vencem com tempo e constância" (ver pp. 242-3). Por isso sua Nação democrática não seria criada imediatamente, mas seria um projeto de longo prazo.

Toda sua fé na possibilidade provinha das muitas observações sobre os brasileiros, da busca da "lei que não se grava" do costume. E a observação dos costumes vinha a ser exatamente aquilo que o fazia, empregando as mesmas premissas dos filósofos iluministas de seu tempo, sustentar com convic-

⁷ Rousseau, *op. cit.*, pp. 102 ss.



Ao abdicar de seu trono em 7 de abril de 1831, d. Pedro I nomeou José Bonifácio como tutor de seu filho e herdeiro, d. Pedro II. O Patriarca da Independência, que retornara do exílio dois anos antes, assumiu então a tarefa de cuidar da formação do jovem monarca, na época com cinco anos de idade (retratado acima com suas irmãs por Félix Émile Taunay). Enfrentando forte oposição na Câmara e no ministério (ao lado, um libelo de José Bonifácio, datado de 17 de junho de 1831, contra manobra política que visava anular sua nomeação), foi acusado de tramar a volta do Absolutismo, sendo destituído do cargo de tutor em 14 de dezembro de 1833. Recolhendo-se à sua casa na ilha de Paquetá, veio a falecer em 6 de abril de 1838.

ção conclusões diametralmente opostas às deles. Terminada a escravidão, todos os libertos seriam cidadãos — e mesmo antes disto, a raça não seria critério para infundir o exercício dos direitos políticos num tempo em que ninguém acreditava na universalidade dos direitos políticos (uma idéia que se impôs apenas no quarto final do século XIX), a análise do costume brasileiro lhe dava confiança nessa idéia. Num momento em que até o fundador da primeira legislação iluminista do planeta acreditava em diferenças fundamentais de raças, ele as negava (e tal posição só se tornou importante em meados do século XX). E não temia as duras conseqüências de suas afirmações, pois as estribava nos costumes brasileiros que admirava a ponto de afirmar que seus pares estavam errados: "O brasileiro que possui uma terra virgem debaixo de um céu amigo recebeu das mãos benignas da natureza todo o físico da felicidade e só deve procurar formá-lo em bases morais de uma boa Constituição que perpetue nossos bons costumes. Devemos ser os chins do Novo Mundo sem escravidão política e sem momos. Amemos pois nossos usos e costumes, ainda que a Europa se ria de nós".

Essa posição diferente dos europeus também o afastava da maioria dos brasileiros da elite de seu tempo. A maioria deles tomava a produção intelectual européia como um molde a ser copiado, e não como método a ser seguido. Volta e meia, todas as crenças sobre a impossibilidade da democracia nos trópicos, a inferioridade das raças, a tendência ao despotismo, eram citadas por eruditos locais como forma de condenação dos costumes dos "outros" brasileiros, com os quais não se identificavam. Nesse caso, o Iluminismo funcionava como argumento para sustentar que os brasileiros deveriam abandonar seus costumes e imitar os costumes de exclusão estrangeiros. Servia, assim, como marca distintiva de uma elite — elite provincial, não levada a sério fora de seu país.

Já o paulista, que convivera e se destacara nos principais centros intelectuais do tempo, empregava o Iluminismo como uma ferramenta para analisar positivamente os costumes dos brasileiros e fundar neles uma Nação que não quis distinguir raças, alargando o costume do casamento entre pessoas de origens étnicas e religiosas diversas. Agindo assim, agia contra o costume da elite local. Por isso, era usualmente enquadrado não como o expoente do pensamento liberal, mas como um absolutista, por causa de sua defesa de um poder administrativo centralizado — o que acabou gerando sua memória como político.

A reação da elite brasileira de horror aos costumes do "vulgo", e de negação dos casamentos mistos como um valor fundamental para erigir a Nação, acabou se consubstanciando no repúdio crescente ao político que

incomodava tanto os corcundas como os republicanos. Acabou também con-
taminando o imperador cujo poder o ministro ajudara a moldar. Em novem-
bro de 1825, na esteira de sua guinada conservadora e do fechamento da
Constituinte, José Bonifácio acabou sendo exilado de seu país, do país no
qual estivera no centro da construção. Durante seis anos ficou na França,
criticando seguidamente o despotismo de d. Pedro e dos governantes brasi-
leiros (ver pp. 248-58). Somente em 1829, com 66 anos de idade, pôde fi-
nalmente voltar ao Rio de Janeiro, para assumir sua cadeira de Senador e
assistir à derrocada do imperador.

Dessa vez, a onda vinha de outro lado: os liberais faziam uma oposição
dura, que acabou resultando na abdicação do imperador, em 1831. Como um
de seus últimos gestos, d. Pedro reconheceu em José Bonifácio o homem
ideal para formar seu filho e herdeiro, então com 5 anos de idade. Mas nem
isso lhe foi permitido. Tanto quanto os absolutistas, os liberais brasileiros
tinham reservas com relação a ele, partilhando da desconfiança com relação
a seu projeto. E assim, mais uma vez, não pôde exercer atividades de poder:
em 1833 foi retirado da tutoria, acusado de tramar a volta do Absolutismo
— acusação de que foi inocentado.

Aquela altura da vida, com 70 anos de idade, tinha perdido completa-
mente a fé em que os políticos brasileiros seguiriam os costumes de seu país
na hora de fazer leis — mas não nesses costumes. Retirou-se da vida públi-
ca, passando seus derradeiros dias em sua casa da ilha de Paquetá, olhan-
do a mata virgem, falando com os brasileiros cujos hábitos amava, e con-
tando com o dia em que ausência de distinção de raças e religião seriam os
fundamentos da lei e da moral de uma Nação que projetava, ainda que, na-
quele momento, todos os letrados rissem dessas idéias. Morreu em Niterói,
às 3 da tarde do dia 6 de abril de 1838.

BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ BONIFÁCIO



OBRAS SOBRE JOSÉ BONIFÁCIO

- AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. *Apontamentos históricos a respeito do grande ministro da independência José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1872. 31 pp.
- AMARAL, Brenno Ferraz. *O patriarca da Independência (José Bonifácio)*. São Paulo: Clube do Livro, 1972.
- AMZALAK, Moses Bensabat. [José Bonifácio de Andrada e Silva, como economista] *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (nova série) 13: 194-306, jan.-dez. 1941.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de (1871-1953). *O patriarca da independência. José Bonifácio de Andrada e Silva (dezembro de 1821 a novembro de 1825)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 233 pp. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, Brasileira. v. 166).
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. "José Bonifácio (notas íntimas)". In: *Contribuindo*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1921, pp. 157-64.
- BARBOSA, Rui. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1950.
- BARRETO, Vicente. *Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.
- Bibliografia de José Bonifácio (O patriarca da Independência)*. Separata do Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília: v. 17, n. 3, pp. 745-912, set.-dez, 1968.
- Bi-centenário do nascimento do patriarca da Independência do Brasil. José Bonifácio de Andrada e Silva. 1763-1963*. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1964.
- BUZUID, Alfredo. *José Bonifácio. A visão do estadista*. Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil/Departamento de Imprensa Nacional, 1972, s.l.